

**EMENDA Nº - CMMPV 1340/2026**  
**(à MPV 1340/2026)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. 10** Fica instituído crédito fiscal outorgado aos produtores de biodiesel autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, incidente sobre a produção de biodiesel destinado à mistura obrigatória ao óleo diesel de origem fóssil comercializado no território nacional, limitado ao montante total de até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) até 31 de dezembro de 2026.

§ 1º O crédito de que trata o caput terá por objetivo assegurar diferencial competitivo ao biodiesel em relação ao óleo diesel de origem fóssil, nos termos do inciso VIII do §1º do art. 225 da Constituição Federal.

§ 2º O crédito fiscal será apurado com base no volume de biodiesel comercializado e poderá ser utilizado para compensação com tributos federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na forma estabelecida em regulamento. A

§ 3º Alternativamente à compensação prevista no §2º, o crédito poderá ser objeto de ressarcimento ou transferência, conforme disciplinado em ato do Poder Executivo.

§ 4º O Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, a metodologia de cálculo do crédito fiscal, de modo a assegurar que a carga tributária efetiva incidente sobre o biodiesel seja inferior à aplicável ao óleo diesel de origem fóssil.

§ 5º O benefício de que trata este artigo observará critérios de sustentabilidade ambiental, rastreabilidade da matéria-prima e conformidade com as políticas nacionais de biocombustíveis.”

## **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo assegurar efetividade ao comando constitucional estabelecido no art. 225, §1º, inciso VIII, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 123/2022, que determina



a manutenção de regime fiscal favorecido para os biocombustíveis, de modo a garantir-lhes tributação inferior à incidente sobre combustíveis fósseis e diferencial competitivo em relação a estes.

A Medida Provisória nº 1.340/2026 institui subvenção econômica à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário por produtores e importadores de combustível fóssil, com o objetivo de mitigar os efeitos da elevação de preços no mercado interno.

Entretanto, a concessão de subsídio público ao diesel fóssil, sem mecanismo equivalente de compensação para os biocombustíveis que com ele competem diretamente, produz efeito econômico incompatível com o mandamento constitucional de diferenciação tributária favorável aos combustíveis renováveis.

Nesse contexto, a instituição de crédito fiscal outorgado aos produtores de biodiesel constitui instrumento adequado para recompor o diferencial competitivo previsto na Constituição. A técnica legislativa é amplamente reconhecida no ordenamento brasileiro como mecanismo legítimo de política pública para equalização de cargas tributárias e estímulo a setores estratégicos.

Além de preservar a coerência do sistema constitucional, a medida contribui para: garantir previsibilidade regulatória à cadeia produtiva do biodiesel; evitar distorções competitivas geradas por subsídios ao combustível fóssil; fortalecer a política nacional de descarbonização do setor de transportes; e assegurar segurança jurídica aos investimentos realizados no setor de biocombustíveis.

A adoção de crédito fiscal como mecanismo de equalização também permite calibragem regulatória pelo Poder Executivo, possibilitando ajustes periódicos na metodologia de cálculo para assegurar que o diferencial competitivo seja efetivamente mantido.

Dessa forma, a presente emenda promove a compatibilização da política emergencial de estabilização do mercado de combustíveis com os objetivos



constitucionais de transição energética, sustentabilidade ambiental e promoção dos biocombustíveis.

Sala da comissão, 17 de março de 2026.

**Deputado Alceu Moreira**  
**(MDB - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD264332737100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

